

O EMPODERAMENTO E A SUBVERSÃO: A CULTURA CORPORAL E AUTOAFIRMAÇÃO DAS(OS) ESTUDANTES NEGRAS(OS) NA ESCOLA

EMPOWERMENT AND SUBVERSION: BODY CULTURE AND SELF-AFFIRMATION BY BLACK STUDENTS AT SCHOOL

EMPODERAMIENTO Y SUBVERSIÓN: CULTURA CORPORAL Y AUTOAFIRMACIÓN POR ESTUDIANTES NEGROS EN LA ESCUELA

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.36361>

Marlon Messias Santana Cruz¹

Sebastião Carlos dos Santos Carvalho²

Resumo: Neste trabalho, busca-se refletir de que modo o desenvolvimento das aulas de Educação Física pode dialogar com a Lei 10693/03. Para tanto, o relato exposto apresenta como os estudantes se comportaram ao se apropriarem dos conhecimentos desenvolvidos nas aulas de Educação Física. O trabalho aborda elementos de uma prática pedagógica desenvolvida no âmbito de uma escola pública, a prática pedagógica foi desenvolvida com base em uma perspectiva crítica de ensino. Portanto, o objetivo é notificar a prática pedagógica que teve como conteúdos os elementos da cultura corporal de matriz africana. Por meio desse estudo, foi possível confirmar que a Educação Física, deve propor suas ações com base na Lei 10.693/03, pois a sua especificidade se relaciona de forma direta com a função social da escola.

Palavras-chave: Educação Física; Cultura Corporal; Empoderamento

Abstract: This work seeks to reflect on how the development of Physical Education classes can dialogue with Law 10693/03. For that, the exposed report presents how the students behaved when appropriating the knowledge developed in Physical Education classes. The paper discusses elements of a pedagogical practice developed under a public school, the pedagogical practice was developed based on a critical perspective of education. Therefore, the objective is to notify the pedagogical practice that had as elements the elements of body culture of African origin. Through this study, it was possible to confirm that Physical Education should propose its actions based on Law 10.693 / 03, as its specificity is directly related to the social function of the school.

Key words: Physical Education; Body Culture; Empowerment

Resumen: En este trabajo, buscamos reflexionar sobre cómo el desarrollo de las clases de Educación Física puede dialogar con la Ley 10693/03. Para eso, el informe expuesto presenta cómo se comportaron los estudiantes al apropiarse del conocimiento desarrollado en las clases de Educación Física. El trabajo aborda elementos de una práctica pedagógica desarrollada dentro de una escuela pública, la práctica pedagógica se desarrolló en base a una perspectiva de enseñanza crítica. Por lo tanto, el objetivo es notificar la práctica pedagógica que tuvo como elementos los elementos de la cultura corporal de origen africano. A través de este estudio, fue posible confirmar que la Educación Física debería proponer sus acciones basadas en la Ley 10.693 / 03, ya que su especificidad está directamente relacionada con la función social de la escuela.

Palabras clave: Educación Física; Cultura del cuerpo; Empoderamiento

Introdução

Ao decorrer da história o corpo foi, em várias épocas, tratado como objeto, o ser humano e o corpo por muitas vezes foram destituídos um do outro, tornaram-se matérias distintas. Na Idade Média, essa dualidade era vista quando o espírito ou a alma era colocada em um patamar elevado e o corpo se resumia na “morada do pecado”. Sendo assim, muitas vezes era castigado, flagelado, punido a fim de se redimir as faltas e manter a alma limpa. É bom deixar explícito, que este corpo aqui relatado era o corpo daqueles que se incumbiram em nos contar essa história, visto que, esse tipo de prática não era relatado em outras partes do mundo, a não ser na Europa Medieval. Portanto, o desconhecimento das condições materiais concretas da vida dos africanos e afro-brasileiros foram extremamente negadas durante séculos em quase todos os âmbitos das nossas vidas, principalmente nas instituições de educação formal. Na tentativa de subverter o marasmo recorrente ao desconhecimento acima mencionado, trouxemos como problemática central o desenvolvimento e aplicação da lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar do ensino fundamental e médio, na atuação didático/pedagógica da Educação Física.

O presente trabalho surge a partir do desenvolvimento de uma prática pedagógica da Educação Física na Escola, no intuito de explicitar como os(as) estudantes tem se comportado e se posicionado diante das várias “metamorfoses” que os corpos sofreram e sofrem na história e na sociedade. Portanto, questionamos de que forma a Educação Física tem lidado com os estereótipos de corpo e em que momento houve uma ruptura com os padrões dominantes? Como os(as) alunos(as) negros(as) tem se autoafirmado e se apropriado de vez e voz no espaço escolar?

Assim, a proposta deste trabalho é apresentar como as aulas de Educação Física pode contribuir para a autoafirmação de estudantes negros(as) de uma escola pública no interior do estado da Bahia. Este relato tem a intenção de abordar elementos de uma prática pedagógica desenvolvida no âmbito de uma escola pública situada no município de Guanambi-Bahia. As aulas que resultaram na elaboração deste trabalho ocorreram no período de julho a dezembro de 2019, com alunos do 1º e 2º Ano do ensino médio profissionalizante. O trabalho foi desenvolvido no Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Saúde e a sistematização e análise dos resultados desta experiência foram feitas por meio de registros realizados cotidianamente pelo professor e autor deste trabalho e socializado em encontros semanais do Grupo de Pesquisa AGENTE³ da Universidade do Estado da Bahia – Campus XII. As discussões foram interpretadas com respaldos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI 2011; GASPATIN 2012). Nesse ensejo, as ciências sociais e humanas são também tomadas como referência pela Educação Física e o seu papel na escola começa a ser colocado em questão, através do entendimento de que o movimento humano se constitui em um fenômeno histórico, social e cultural e não apenas biológico.

Para isso, primeiro fizemos uma revisão de algumas literaturas imprescindíveis para nossa discussão, perpassando, de forma audaciosa, pelas origens dos preconceitos étnico-raciais, levando em conta também a discussão das fundamentações de currículo que normalmente balizam a educação formal brasileira

e suas interfaces na Educação Física. Assim, A prática pedagógica que constitui este trabalho foi orientada pela perspectiva Crítico-Superadora (COLETIVO DE AUTORES, 1992), a perspectiva defende que por meio das práticas corporais pode se desencadear mudanças de hábitos, ideias e sentimentos. Afirmar-se a ressignificação do movimento humano como meio de formação e secundarização da transmissão de conhecimentos (COLETIVO DE AUTORES, 1992), desta forma trata-se de contextualizar e sistematizar a Cultura Corporal como objeto de estudo da Educação Física. Logo após, adentramos a análise dos resultados da prática pedagógica, fazendo as inferências necessárias para poder assim anunciar, denunciar e propor iniciativas viáveis na superação dos preconceitos étnico-raciais que constituem uma dívida sócio-histórica com o povo afro-brasileiro.

Doravante, precisamos nos situar nos aspectos institucionalizados da educação. Para isso, é indispensável abrirmos o diálogo no que diz respeito à fundamentação sobre currículo e prática pedagógica, por entender que nosso problema de pesquisa foi engendrado pela problemática da realidade observada no cotidiano escolar e as aulas de Educação Física em diálogo com a lei 10.639/03.

Escolas Pretas, Currículos Brancos

A lógica do tempo no sistema escolar tradicional foi instituída e foi se cristalizando em calendários, níveis, semestres, bimestres e semanas. Desde as séries iniciais até a universidade, os operários da educação repetem o que vemos nas fábricas, no que se refere a utilização e controle do tempo. Hora para começar, intervalar, terminar, hora para chegar, hora para sair. Tempo de tolerância, tempo para responder uma prova, tempo para entregar uma atividade. As unidades são contadas em dias e horas e não deve sobrar, nem faltar tempo. Tudo deve caber nos 200 dias letivos exigidos pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. Nesta corrida contra e com o tempo, a comunidade escolar tem que dar conta de um currículo repleto de conteúdos e objetivos, também organizados respeitando uma lógica temporal, define-se o que deve ser estudado e quando. Desta forma, a escola se incumbem de preparar seu público para dar continuidade ao processo de automação exigido pelo mundo do capital.

O tempo para pensar, discutir, refletir, mudar, é ineficiente. O corre-corre entre o sinal de início de uma aula e final da outra, não permite a escola propor mudanças. Pois, esta escola, está sempre tentando se adequar às realidades, quando deveria ser o contrário. Não temos uma escola propositiva, mas sim uma que tem buscado se apropriar de conhecimentos fora dela ou, o que é mais grave, negá-los ou abster-se. A comunidade escolar tem sempre tentado apontar culpados, evitando assim ter que debruçar-se sobre sua história e construir novos caminhos.

As mudanças continuam vindo de cima, e verticalmente estamos sob a tutela de mais uma reforma do ensino (Lei, 13.415/17). As escolas, mesmo as que resistiram através das ocupações, após aproximadamente um ano da lei entrar em vigor, começam a se adequar as novas normas impostas. Ao que parece, a Educação precisa atender ao mercado e cabe a escola produzir exércitos de reservas de mão de obra, para a manutenção do status quo. A crise moral, ética e política também assola o chão da escola, assim, tornou-se mais confortável não resistir. Ao observar como o país tratou as ocupações ocorridas em 2016,

onde mais de mil unidades de ensino foram ocupadas por estudantes, verificamos que o maior interesse atualmente é o equilíbrio econômico e não o avanço na educação e na ciência. Como se um não estivesse intimamente ligado ao outro.

Os focos de resistência das instituições de ensino brasileiras, tentam manter sua autonomia, e lutar contra as imposições do sistema. Segundo Bourdieu (2003 p. 12), “o campo científico não está imune a influência política, e os agentes que atuam no campo têm a todo momento que assumir posições e defender, seus pontos de vista, ainda que de forma não explícita” Trilhando esse caminho, alguns profissionais e alunos buscam a construção de um modo de ensino mais justo e mais equânime.

A urgente necessidade de uma equidade social obriga-nos a olhar com atenção para as questões raciais presentes tanto na sociedade quanto na escola e universidade. A implantação das Leis 10.639/03, 11.645/08, assim com a 12.711/12, todas percebidas como fruto de lutas históricas dos negros brasileiros, tem modificado a construção dos currículos em nossas escolas.

Segundo Pereira (2012 p. 114),

... a construção de um currículo que apresente as histórias e culturas de todas as matrizes formadoras de nossa sociedade, considerando-as todas importantes e complementares, sem o ‘tradicional’ viés eurocêntrico historicamente adotado, é algo fundamental para a formação de cidadãos com ‘identidades individuais e sociais’ diversas e que aprendam a respeitar as diferenças e possam lidar de maneira positiva com a pluralidade cultural, para que seja possível a construção de uma ‘autêntica democracia racial.

O autor enfatiza a necessidade de considerar a participação dos homens e mulheres negros/as, assim como dos índios e índias na construção efetiva desse país, para assim lançar um olhar descolonizado, sobre nossa sociedade, nossa cultura, nossa escola. Portanto, considerar esses sujeitos como construtores de nossa democracia e permiti-lhes participar integralmente dela.

Para conhecer a história da participação destes povos na construção do país, é preciso fazer um estudo específico. Isso é necessário na formação em todas as instâncias, da educação básica à universidade pois é preciso forçar, provocar, estimular e quando isso não acontece, a população negra permanece invisível, dando a entender que ela desapareceu quando foi promulgada a Lei da Abolição. Quanto aos índios e índias, continuam vistos, muitas vezes, como selvagens, que ainda permanecem embrenhados nas matas, longe daquilo que alguns chamam de civilização.

As questões de gênero também têm se tornado um discussão presente no meio escolar. Contudo, ainda se percebe, por parte de muitos colegas, uma certa resistência em encarar o tema e tentar desnaturalizar a sua negação dentro das escolas. As mulheres, assim como toda a comunidade LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), sendo estudantes, técnicos, professores, pais e mães, estão deixando o anonimato e têm buscado fazer parte da rotina das escolas. Estão exigindo a sua verdadeira inclusão no texto e no contexto escolar, ainda existe uma certa resistência por parte da escola, mas os movimentos sociais que acontecem fora dela, pressionam, questionam e muitas vezes de forma subversiva, acabam por ocupar o espaço que é seu por direito.

Entretanto, a reação vem a galope, a parte conservadora dessa relação, utiliza-se de todos os meios para impedir que a democracia de fato se estabeleça. Utilizando como escudo a religião, os bons costumes

e a família, buscam impedir que uma discussão mais ampla de humanidade e sociedade seja adotada pelos currículos, implantando uma verdadeira patrulha ideológica, dificultando o avanço da escola na perspectiva da construção de uma comunidade mais justa, menos desigual, mais tolerante e inclusiva.

Portanto, em consonância com esta proposta educacional, entendemos e afirmamos a Educação Física como uma área do conhecimento materializada em um componente curricular da educação formal que tem como objeto de estudos/intervenção o trato didático-pedagógico e a socialização/apropriação/produção de conhecimentos da Cultura Corporal, sendo eles: jogos, dança, esportes, ginástica, capoeira, entre outros, Coletivo de Autores (1992). Mas, para isso, precisamos compreender um pressuposto imprescindível na valorização e reconhecimento da Educação Física, a relação do valor de uso dos bens imateriais sócio-historicamente produzidos pela humanidade.

A Educação Física, a autoafirmação e o empoderamento: o desenvolvimento das aulas

É relevante advertir que a prática pedagógica, aqui relatada, baseou-se nos conteúdos que emergem da cultura afro-brasileira, ou seja, iniciou-se com a Capoeira e como desdobramento, desenvolve-se as manifestações culturais inerentes à Capoeira e Dança.

Assim, as aulas baseavam-se na organização didática da Pedagogia Histórico-Crítica proposta por Gasparin (2012), ou seja, encaminhávamos o trato pedagógico dos conteúdos em diálogo com os passos metodológicos dispostos: Prática Social Inicial, Problematização, Instrumentalização, Cartarse e Prática Social Final. Para fins de organização metodológica deste estudo, vamos expor o que abordamos e identificamos na Prática Social final, como resultado aos objetivos propostos nas aulas.

Entre os mais diversos conhecimentos da Cultura Corporal, destacamos a capoeira e as danças de origem afro-brasileira como elementos intrinsecamente ligados às contribuições africanas. “A capoeira é um elemento da cultura afro-brasileira que sintetiza várias possibilidades de expressão, favorecendo uma leitura ambígua do seu significado”. (OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Como afirma Falcão (2004), a capoeira é uma produção essencialmente afro-brasileira pelo fato de ter sido vivenciada em solo nacional por negros e negras escravizados trazidos da África. Portanto, deve ter seu conteúdo ligado ao processo de educação formal para que, verdadeiramente, possa ter uma análise e as vivências condizentes com seus verdadeiros valores. A Educação Física brasileira precisa resgatar a capoeira enquanto manifestação cultural de possibilidades didático-pedagógicas reais, ou seja, trabalhar com a sua historicidade, não desencarná-la do movimento cultural e político que a gerou.

A capoeira não é algo mágico que paira sobre nossas cabeças. Algo místico, mítico. É algo concreto, situado, em construção que está historicamente determinada. Os capoeiristas ao construírem a capoeiragem não o fazem segundo suas próprias cabeças, mas segundo condições objetivas determinadas ao longo da história e do que é próprio das relações de produção humana em dados momentos históricos. A capoeira é um dos fenômenos sócio-culturais da alta relevância no Brasil e constitui o processo civilizatório. Está situado dentro da divisão social internacional do trabalho (TAFFAREL, 2004).

No mesmo sentido, precisamos avançar na apropriação das danças de origem afro-brasileiras, um

dos mais multifacetados elementos da cultura corporal. Um trato didático-pedagógico problematizador deste conhecimento pode proporcionar um enfrentamento real à banalização dos seres humanos, principalmente na questão de gênero.

Tudo isso leva-nos a questionar, qual a concepção de sociedade que cada professor deve ter ao desenvolver suas atividades? Na estruturação de estudantes críticos e criativos capazes de identificar e analisar a lógica da realidade e julgar suas contradições, pois discutir as assimetrias sociais da juventude brasileira faz-se necessário, principalmente para que se compreenda a necessidade das políticas afirmativas, a escola não pode se furtar disso. Criticar e emancipar-se, compreender a realidade enquanto classe trabalhadora e ser capaz de saber-se dona de sua força de trabalho, sua força motriz, é a luta necessária para a construção de uma escola capaz de descolonizar os currículos e os pensamentos, fazendo entender que não existe cultura superior e sim diferentes.

Esse desafio implica um autoconhecimento, um olhar para dentro no sentido de reconhecer-se. Reconhecer seu corpo implica em se distinguir enquanto pessoa única e exclusiva, pois conhecer seu corpo é aceitar-se, reconhecer-se, descobrir-se, perceber-se. Não obstante, ir além e saber-se parte de uma sociedade, onde os indivíduos se emaranham como fios de uma rede.

A apreensão da Cultura Corporal enquanto construção da vida social, historicamente construída, inserida num processo dialético, possibilitará ao sujeito a compreensão do “ser atuante” produtor e consumidor de cultura, acrescido do sentimento de pertencimento e identificação social. Partindo desse entendimento de totalidade dessas relações, nos atentaremos à necessidade de um trabalho pedagógico voltado a apropriação e construção da cultura local, bem como resgatar as manifestações culturais que resiste ao tempo e ao esquecimento.

A sistematização e análise dos resultados desta prática pedagógica foram feitas por meio de registros semanais, em formatos de “diários de bordo”, manifesta-se as conquistas e descontentamentos no desenvolver das aulas. Esses registros surgem com estratégias para problematizar as dificuldades que surgiam no decorrer da prática, descrevendo as atividades desenvolvidas, organizando os comentários dos estudantes para uma posterior reflexão e análise das medidas utilizadas para superar os desafios e obstáculos encontrados.

A partir da análise destes registros, percebe-se uma mudança gradativa de postura dos estudantes em relação ao autoconhecimento e auto aceitação. A realidade da escola demonstra um quantitativo significativo de estudantes negros e negras, desta forma a identificação com os elementos da Cultura Corporal desenvolvidos nas aulas foi perceptível ao longo do tempo. Como o processo de ensino/aprendizagem destacado na Prática Social Final, procuramos confrontar os conhecimentos culturais inicialmente identificados, com outros conhecimentos próprios dos conteúdos desenvolvidos, estimulamos o contato com narrativas diferentes e buscou-se enriquecer com leituras e interpretações de textos para possibilitar uma ampliação dos conhecimentos atribuídos ao elemento cultural que foi objeto de estudo das aulas.

Para avaliar estes pressupostos, utilizamos como instrumento uma abordagem qualitativa da avaliação, no qual foi avaliado todo o processo de ensino/aprendizagem. A partir das narrativas dos

estudantes, identificamos uma ampliação das concepções de Educação Física, Capoeira, Luta e Dança, bem como um discurso enviesado para o empoderamento do estudante negro.

Inerente a isso, a rebeldia, se é que podemos dar esse nome, tem tomado os pátios das escolas. Os estudantes estão definitivamente se apoderando de seus corpos e definindo suas regras. Os cabelos, talvez, sejam os maiores símbolos e sinais desse marco de afirmação. As cabeleiras soltas ao vento, as tranças coloridas os *dreadlocks*, ganham a cada dia, mais força na identidade dos estudantes que se auto afirmam como negros e negras. As meninas usam maquiagens específicas para sua cor de pele, acentuando seus traços ao invés de tentar disfarçá-los. Não querem nem precisam mais se esconder.

A afirmação da identidade vem embalada ao som do Hip-hop, do funk ou da música negra produzida aqui na Bahia, desta forma a rua invadiu a escola e não quer mais ser vista como marginal. Estudantes se olham, se entreolham e reconstroem novas relações com o mundo a revelia da lógica eurocêntrica que a escola ainda teima em manter. Para Nilma Lima Gomes (2005), o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente. É como um processo de espelhamento, ao mesmo tempo em que os grupos socialmente discriminados lançam um olhar para a sociedade, formam-se imagens a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos do outro. Esse distanciamento do europeu e aproximação de nós mesmos, tem provocado um empoderamento e uma elevação da autoestima daqueles e daquelas que decidiram seguir por esse caminho.

O fato de empoderar-se fez com que um número imenso de jovens saísse da invisibilidade e passassem a serem vistos. Não há mais uma aceitação inquestionável dos métodos de docilizar os corpos, eles (as), de fato, querem se apropriar da construção de sua história. Alguns setores da escola e da sociedade estão tentando inibir, reprimir, coibir, censurar as ideias, pensamentos e ações, mas parece que tem sido em vão, porém, as formas de controle já não têm sido tão eficientes.

Nos pátios, nas quadras, nos corredores, nas salas de aula, percebe-se a cada dia o quanto os estudantes tem se libertado de estigmas e assumido prazerosamente a sua “humanidade”.

O afastamento das singularidades de "classe" ou "gênero" como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito - de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual - que habitam qualquer pretensão a identidade do mundo moderno. (Bhabha, 1998)

Diante dessa lógica, busca-se pensar uma Educação Física para além da ordem do capital, que não reproduza conhecimentos, mas os (re)construa e os (re)invente; que não ignore a produção da Cultura Corporal do sujeito histórico e que o entenda enquanto “Ser” concreto. Já que, “educar [...] é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias” (MÉSZÁROS, 2008, p.09), e que “esse conhecimento possibilite ao sujeito a progressão do seu juízo de valor enquanto tal, onde a educação possa ser unida a experiência nos sentidos, com sentidos e em todos os sentidos [...]” (GRANDO, 2009, p. 11).

Hoje, os estudantes na escola são sujeitos participantes da construção de suas rotinas, não veem apenas tudo passar em sua frente. De certa forma estão reagindo. Como diz Pereira, (2012, p. 117):

Homens e mulheres negros e brancos, diferentes atores sociais, participaram das histórias de lutas por liberdade e por direitos civis e sociais, antes e depois da assinatura da Lei Áurea, que aboliu legalmente a escravidão no Brasil em 1888. A memória dessas lutas precisa estar nas escolas, e não somente a memória da escravidão. Aliás, a memória da escravidão atlântica, como se fosse a única forma de escravidão já existente no mundo, e a associação direta entre negritude e escravidão, inferiorizando africanos e seus descendentes, é algo absolutamente presente nas escolas brasileiras ainda hoje. E, além de ser um erro 'histórico', isso é algo danoso para as construções identitárias de jovens estudantes negros e brancos.

Não devemos nos distanciar da ideia de que a democracia deve incluir a justiça social, para possibilitar que todos participem da vida política. Desta forma, é urgente que se inclua nos currículos aqueles que durante muito tempo estiveram invisíveis, esquecidos ou propositalmente deixados de fora. Os defensores do Escola Sem Partido atacam diretamente essas discussões, evidenciando o quanto isso atinge as tradições e conceitos de moral dominante. Sob a égide da democracia, o movimento insiste em desconstruir ideias e ideais de uma verdadeira democracia e justiça social. São contra as cotas e, dentro dessa sociedade de grande desigualdade social, defendem aquilo que chamam de meritocracia.

Logo, a partir da análise dos aspectos sócio-históricos que constituem o currículo escolar, explicita-se, na justificativa escolar pauta-se em questões empreendedoras sob a égide do valor de troca capitalista imposto pelo mundo do trabalho, sem apontar para caminhos de superação do que está posto. Os corpos continuam a serem vistos como máquinas produtoras e reprodutoras para o meio em que se vive, sendo manipulados como massas a serem modeladas, que a qualquer instante tomam uma forma diferente, submetidos a imposições, regras, vontades ditadas por uma sociedade que parece estar sempre em busca da perfeição. Não há respeito nem disposição para as diferenças, pois a escola se sente mais confortável com o igual.

A partir deste estudo, propomos que o desenvolvimento da Educação Física na Escola, seja à luz de uma análise mais apurada e fundamentada nessa problemática, tendo como base algumas referências utilizadas neste texto. Apesar de não estar no escopo da nossa proposta, entendemos como de suma importância a formação continuada dos professores, principalmente aqueles que lutam com os componentes que colocamos em destaque durante o texto.

Além disso, aquisição de referências bibliográficas que tratem do tema de forma compromissada e não apenas especulativas; construção de espaços que contribuam para a formação acadêmica. Para que os futuros professores possam verdadeiramente tratar didático-pedagógicamente da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e sua influência sobre os elementos da cultura corporal e, por conseguinte, para a Educação Física.

Não se pode esquecer que este é um projeto que materializa-se ainda sobre o marco da sociedade de classes, onde, infelizmente, só podemos contribuir de forma pontual, tendo como horizonte outra forma de sociabilidade, onde os seres humanos possam ser socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Considerações finais

A produção do conhecimento em Educação Física tem especificidades da área, no caso das produções analisadas neste estudo, isso também se faz presente atribuindo identidade às contribuições das concepções críticas da Educação Física na prática pedagógica. Ao observar as produções, nota-se que é preciso que haja mudanças significativas no cenário pedagógico, social e político da Educação Física como área de conhecimento e intervenção. E diante dessa situação é indispensável a formatação de um aporte teórico com uma aproximação mais consubstanciada entre a Educação Física e a Cultura Corporal como seu objeto de estudo, pois as produções delataram que as propostas pedagógicas coerentes com uma tendência crítica contribuem significativamente para o avanço teórico-metodológico da pesquisa e intervenção em Educação Física e Esportes.

O esforço deve apontar para a superação da situação atual da educação em que as normas e diretrizes cada vez mais apontam para ações inclusivas, e cada vez menos são criadas condições verdadeiras para garantir o acesso ao conhecimento qualificado e socialmente referenciado. E particularmente na Educação Física, as aulas de modo geral não correspondem às expectativas de formação esperadas para os estudantes em todos os níveis escolares, e especialmente no que diz respeito a sua relação com a cultura, estes ainda não fogem da moda imposta pela cultura hegemônica mesmo sendo pertencentes à classe trabalhadora que é mais desprovida dos bens básicos de sobrevivência. É necessário transformar a escola, e nela a Educação Física, assumindo uma outra perspectiva.

Portanto, destacamos a relevância e a necessidade de um acúmulo teórico que apresente os subsídios para uma prática pedagógica coerente com uma Educação Física voltada para a emancipação humana, e a consolidação de uma sociedade comprometida em contemplar as verdadeiras demandas sociais. Neste sentido, as concepções e os conteúdos tratados em consonância com a Lei 10.963/03 colaboram para a consolidação das finalidades educacionais da Educação Física, pois a reflexão que os aspectos conceituais que estes conteúdos trazem, implica em favor da historicidade, em determinada concepção de homem e sociedade que as intervenções pedagógicas podem formar.

Contudo, essa tomada de consciência chegou a escola. Chegou a escola que desenvolvemos este estudo. Deve-se dizer que não chegou de forma discreta, ou na surdina, chegou se afirmando, se posicionando, exigindo seu lugar. O empoderamento que a comunidade negra escolar demonstra hoje se materializa principalmente na prerrogativa de não simplesmente ser incluído, mas de fazer parte e tomar decisões. Ainda parece subversivo, revolucionário, e para alguns até inoportuno, assim, a comunidade escolar não deve permitir isso. Compreende-se que os tempos são sombrios e que resistir deve ser a bandeira hasteada em toda escola e universidade pública. Entraram em nosso jardim e pisaram em nossas flores. Não permitamos que arranquem a nossa voz. Essa reconstrução tem sido provocada principalmente pelo corpo discente, que não mais se curva as determinações impostas verticalmente, de cima para baixo. Hoje, se posicionam, questionam, sugerem e interferem de fato na construção de seu aprendizado e de sua vivência no cotidiano escolar.

Referências

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: R. ORTIZ (org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho D'Água, 2003.
- BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília
- BRASIL. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- BRASIL. **Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <w.mec.gov.br>. Acesso em: 25 JAN 2020.
- BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso em 16 jan. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 15 jan. 2020
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo. SP; Cortez, 1992.
- FALCÃO, José Luiz Cirqueira. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana**. José Luiz Cirqueira Falcão. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2004.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5 ed. São Paulo, Autores Associados, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005.
- GRANDO, R. C. **O Jogo na Educação: aspectos didáticos-metodológicos do Jogo na Educação Matemática**. Disponível em <<http://www.cempem.fae.unicamp.br/lapemmec/cursos/el654/2001/valter_e_sergio/Aula4.htm>. Acesso em: 20 jan 2020.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. – Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. **Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história**. Revista História. Hoje, v. 1, no 1: RJ, 2012.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.
- TAFFAREL, Celi Zulke. **Capoeira e projeto histórico**. 2004. Endereço <http://www.rascunhodigital.faced.ufba/> acessado em: 15 jan. 2020.

Notas

- ¹ Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia - Campus XII. Professor do Centro Universitário UNIFG. Mestre em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) UNEB - Campus I Membro do Grupo de Pesquisa "Corporhis": Corpo, História e Cultura - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/30400> CV: <http://lattes.cnpq.br/1683885694677998> Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9618-848X> Email: marlonmessias@hotmail.com
- ² Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia - Campus XII. Professor de Educação Física do Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Saúde - Guanambi – Bahia. Membro dos Grupos de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Juventude, Políticas Públicas e Formação dos Sujeitos - UNEB - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/36499> e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas - UFMG - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/28677> Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3768-1949> Email: tiocarvalho72@gmail.com
- ³ Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer. Grupo de Pesquisa do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia – Campus XII.

Recebido em: 13.04.2020

Aprovado em: 24.06.2020